



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

CONTRATO Nº 20171903

ORIGEM: PROCESSO LICITATORIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de empresa para execução do projeto de pavimentação asfáltica com implantação de estacionamento, passeio público e drenagem da avenida beija-flor.

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTO – PA E A EMPRESA: **SANTA CRUZ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO. PASSEIO PÚBLICO E DRENAGEM DA AVENIDA BEIJA-FLOR – Convênio nº 837913/MAPA/CAIXA e nº de operação 1035496-73, Emenda Parlamentar nº 30550005.

a) CONTRATANTE: Município de Novo Repartimento, Estado do Pará, inscrita no CNPJ nº 34.626.416/0001-31, com sede na Av. dos Girassóis nº 15 – quadra 25, Morumbi em Novo Repartimento - PA, denominada CONTRATANTE, neste Ato representado pelo Prefeito, Sr. **José Alexandre Domingues Guimarães**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG Nº 684.109 SEGUP/TO e CPF Nº 010.846.141-62, residente e domiciliado na Avenida Castanheira, nº 22230, Bairro Parque Vila Marabá, Novo Repartimento – PA.

b) CONTRATADA: Santa Cruz Comercio e Serviços Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.624.050/0001-38, e Inscrição Estadual nº 15.209.421-0, com sede na Rua A Fl. 14, S/Nº, Quadra A, Lote 3A, Avenida VP Três, Nova Marabá na cidade de Marabá - PA, CEP: 68.510-105, neste ato representada pelo Sr. **Frandlerlan Almeida Gaby**, Brasileiro, Casado, Empresário, portador do CPF sob o nº 108.321.902-25, e RG sob o nº 2324005 SEGUP/PA, residente e domiciliado em Travessa Três de Outubro, nº 291, Velha Marabá – Marabá - PA, CEP: 68.500-090. Resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL DO CONTRATO:

O presente Contrato decorre de Ato de Homologação do procedimento licitatório acerca da **Concorrência Pública nº 001/2017 PMNR**, por parte do Sr. prefeito, que, agindo no exercício de suas atribuições



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

constitucionais, com fundamento no disposto na Lei nº 8.666/93, conforme Despacho Adjudicatório e Termo de Homologação de 01/12/2017, tudo constante no Processo licitatório, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

2. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.1 O objeto do presente contrato é a contratação pelo regime de execução indireta tipo MENOR PEÇO GLOBAL, POR EMPREITADA INTEGRAL, visando a EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO COM IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO, PASSEIO PÚBLICO E DRENAGEM DA AVENIDA BEIJA-FLOR, na zona rural do município de Novo Repartimento-PA – Convênio nº 837913/MAPA/CAIXA e nº.: de operação 1035496-73, Emenda Parlamentar nº.: 30550005, de acordo com as especificações e informações técnicas constantes do Edital da Concorrência Pública nº 001/2017 PMNR e seus Anexos (Projeto Básico), bem como outras informações contidas no Processo Administrativo.

3. DAS NORMAS TÉCNICAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA A CONTRATADA:

Obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores normas técnicas específicas e empregando materiais de excelente qualidade, bem como mão-de-obra qualificada, tudo conforme as normas regulamentadoras de obra de engenharia. Devendo ainda obediência restrita ao Projeto Básico que figura como parte integrante desse Termo.

4. DAS ALTERAÇÕES, OMISSÕES E ACRÉSCIMOS:

Pelo presente a CONTRATADA obriga-se a executar nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos necessários na obra, quando, devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato.

4.1 Este contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

4.1.1 Unilateralmente, pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações visando melhor adequação técnica aos objetivos a que se destina;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

c) Quando houver interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da administração.

4.1.2 - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face de verificação técnica e da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido, o valor inicial atualizado;
- d) No caso de supressão de obras ou serviços, se a contratada já houver adquirido os materiais e depositado os mesmos no canteiro, deverão ser pagos pelo CONTRATANTE aos mesmos custos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, e quaisquer outros danos eventualmente decorrentes da supressão poderão ser indenizados, desde que regularmente comprovados;
- e) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

5. DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização dos serviços será feita por responsáveis técnicos designados pelo CONTRATANTE a Sra.Engenheira Civil - **Adonides da Silva Magalhães** CREA: 22861 D PA, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais, permitindo-lhes livre acesso a todas as partes da obra e locais onde se encontrarem depositados materiais destinados aos serviços referidos no presente contrato. Fica ressalvado que a efetiva ocorrência da fiscalização não exclui nem restringe a responsabilidade da CONTRATADA na execução das obras, que deverá(ão) apresentar solidez e perfeição absolutas.

5.1 Da Ação Fiscalizadora - Os prepostos do CONTRATANTE terão amplos poderes para, mediante instruções por escrito:

- a) Exigir da CONTRATADA a imediata retirada de engenheiros, mestres e operários que embarquem a fiscalização, não atendam aos seus pedidos ou cuja permanência nas obras sejam consideradas inconvenientes;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

- b) Sustar quaisquer serviços executados em desacordo com a boa técnica e exigir sua reparação ou demolido e substituição por conta da CONTRATADA;
- c) Exigir da CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle dos serviços;
- e) Determinar ordem de prioridade para os serviços, desde que não altere o cronograma da obra;
- f) Exigir a utilização de máquinas, ferramentas e equipamentos além dos que estiverem em serviço desde que considerados necessários pelo CONTRATANTE.

6. DAS RESPONSABILIDADES GENÉRICAS:

Além dos casos comuns, implícitos ou expressos neste contrato, nas especificações e nas leis aplicáveis à espécie, cabe exclusivamente a **CONTRATADA**:

- a)** Contratar todo o seu pessoal, observar e assumir os ônus decorrentes de todas as prescrições das Leis Trabalhistas e da Seguridade Social, bem como dos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não transferindo ao CONTRATANTE a responsabilidade por seus pagamentos, não podendo, assim, onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro Imobiliário, se for o caso;
- b)** Ressarcir os danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE e a pessoas e bens de terceiros, ainda que ocasionados por ação ou omissão de seu pessoal ou de prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelos fiscais do CONTRATANTE;
- c)** Fornecer, mediante solicitação do CONTRATANTE, transporte adequado ao Engenheiro Fiscal designado para a obra, quando no cumprimento da ação fiscalizadora;
- d)** Correrá por conta da licitante contratada a responsabilidade por qualquer acidente do trabalho em função da obra contratada, ainda que resultantes de caso fortuito ou por qualquer outra causa, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra, até a aceitação definitiva da mesma pela CONTRATANTE, bem como, pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros oriundas da execução da obra e/ou ações ou omissões da licitante contratada, ainda que ocorram em via pública.

7. DAS OBRIGAÇÕES:

Além de outras responsabilidades definidas neste processo, a **CONTRATADA** obriga-se a:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

7.1 Manter prepostos, com competência técnica e administrativa, aceitos pelo CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato;

7.2 Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - PA, e outros órgãos, o contrato decorrente da presente licitação, conforme determina a Lei nº. 5.194, de 24.12.66 e Resolução nº. 257 de 19/09/78 do CONFEA;

7.3 A licitante CONTRADA adotará na obra, no que se refere à higiene e segurança do trabalho, as disposições da legislação vigente expedida pelo Ministério do Trabalho, fazendo seus empregados utilizarem-se de equipamentos de proteção individual (EPI)/coletiva(EPC) e atendimento a NR-18.

7.4 Manter, durante toda a execução do contato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentado documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

7.5 A licitante contratada obriga-se a exercer coordenação e controle dos materiais e dos serviços contratados, facultando à fiscalização do município o acesso a todas as partes da obra. Obriga-se também a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazém, dependências ou similares onde se encontrem materiais destinados á obra contratada.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O prazo para execução dos serviços é de 08 (oito) meses contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço. Esse prazo poderá ser prorrogado, conforme o art. 57 da lei nº 8.666/93, mediante requerimento e prévia justificativa apresentada pela licitante vencedora/contratada, a qual será aprovada motivadamente após comprovada tecnicamente pela Administração, formalizando-se por meio de Termo Aditivo ou outro Ato equivalente, caso seja de interesse da Contratante.

8.1 Da Prorrogação - O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pelo CONTRATANTE;
- b) Aumento das quantidades previstas no contrato, nos limites permitidos por lei;
- c) Calamidade pública;
- d) Greve generalizada de empregados;
- e) Interrupção dos meios de transportes;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

- f) Acidente nas obras que avarie, temporariamente, alguma parte executada, uma vez provado que o acidente não decorreu de culpa da CONTRATADA;
- g) Chuvas copiosas e suas consequências;
- h) Falta de energia elétrica, necessária às obras;
- i) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e ou interesse da administração;
- j) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- l) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;
- m) Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do artigo 1.058 do Código Civil Brasileiro.

9. DO VALOR DO CONTRATO:

Pela execução dos serviços previstos, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de **R\$1.728.591,06 (HUM MILHÃO SETECENTOS E VINTE E OITO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SEIS CENTAVOS)**, que serão pagos de conformidade com o andamento dos serviços, no que determinar as medições. A planilha de quantidades e preços apresentada pela proponente vencedora na licitação, que passa a fazer parte integrante deste contrato; em anexo constam todas as planilhas apresentadas na proposta de preço da empresa, referente à **Concorrência Pública nº 001/2017 PMNR**, tais como: **Carta Proposta, Planilha de Quantidade e Preços, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de BDI, Planilha de Encargos Sociais, Composição Unitária de Preços, Composição de mão de obra.**

9.1 A data-base e periodicidade do reajustamento de preços, em caso da execução da obra perdurar mais de 12 (meses) meses, serão pactuados por termo de aditivo;

10. DA CAUÇÃO DO CONTRATO:

10.1 No ato de assinatura do Contrato, o licitante vencedor deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, a qual poderá ser feita dentre as seguintes modalidades: caução em dinheiro ou seguro-garantia ou fiança bancária, a fim de proteger a Entidade de licitação contra atos ou omissões das Licitantes arrolados abaixo, conforme disposto no art. 31, item III da lei 8.666/93:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

10.1.1 Se a licitante apresentar a garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar modelo padronizado pelo banco.

10.1.2 – Caução em fiança bancária e seguro-garantia de acordo com a legislação específica.

10.2 As garantias prestadas deverão ser feitas para cobertura mínima correspondente à vigência contratual, acrescida do período de 60 (sessenta) dias da vigência contratual, relativo ao período de observação da comprovação as boas condições de execução do objeto contratado.

11. DO PAGAMENTO:

11.1 Os pagamentos serão realizados, obedecida às medições realizadas e aprovadas pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, de acordo com os serviços efetivamente executados, obedecendo ao cronograma físico-financeiro e ao respectivo faturamento/nota fiscal de serviços, onde serão discriminados os serviços executados.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, que poderá ser compensada com o pagamento pendente sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.3 A documentação de Regularidade Fiscal prevista neste Edital e certidão negativa de débito com o município de Novo Repartimento (Lei Orgânica do Município de Novo Repartimento), será exigida previamente ao pagamento, devendo seus comprovantes ser juntados aos autos do processo próprio.

11.4 DA RETENÇÃO DE PAGAMENTOS - Poderá ser retido o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de trabalhos defeituosos ou débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, bem como enquanto durar a falta de comprovação por parte da CONTRATADA, da respectiva matrícula junto a Seguridade Social e a da correspondente Comprovação dos encargos sociais pertinentes à obra.

11.5 Os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento será o **INCC** - Índice Nacional de Custo da Construção.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12.1 O contrato terá vigência de 08 (oito) meses contados a partir da sua assinatura, prorrogável na forma do Art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93, prevalecendo a natureza da avença que se apresenta como CONTRATO DE ESCOPO.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

12.2 A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no Art. 65, I e § 1º da Lei nº 8.666/93.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 As despesas decorrentes da contratação da obra objeto desta Concorrência Pública, correrão por conta dos recursos orçamentários conforme Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade: 1.056 Expansão e Melhoras de Vias Urbanas e Logradouro;

Elemento de Despesa nº 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Prefeitura Municipal de Novo Repartimento – PA.

14. DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO:

Pelo não cumprimento do contrato, a contento e à CONTRATADA, será aplicado multa de 1% (um por cento) do valor contratual, a critério da Administração Municipal, nos seguintes casos:

- a) por dia que exceder ao prazo previsto para a conclusão dos serviços, a ser constatado na verificação do cronograma correspondente;
- b) por dia, pelo não cumprimento de qualquer ordem de serviço da fiscalização do CONTRATANTE, no prazo por ela determinado.

15. DAS SANÇÕES:

Sem prejuízo de outras medidas aplicar-se-á à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

15.1 Advertência;

15.2 Multa;

15.3 Suspensões de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE:

- a) por 3 (três) meses - Quando a CONTRATADA empregar material e/ou fornecer serviços de qualidade inferior ou diferente das especificações fornecidas pelo CONTRATANTE devidamente comprovado pela fiscalização;
- b) por 6 (seis) meses - Quando a CONTRATADA incorrer novamente no item anterior;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

c) por maiores prazos que os estabelecidos nos incisos anteriores, a critério do CONTRATANTE no caso de novas incorrências, podendo ainda o CONTRATANTE declarar da inidoneidade da CONTRATADA, suspendendo assim o direito de licitar ou contratar com administração pública, pelo prazo de 02 (dois) anos;

e) bem como as demais penalidades previstas na Lei 8.666/1993.

16. DA RESCISÃO:

Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do citado art. 78 da Lei no. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido tendo ainda o direito à devolução de garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização.

16.1 POR ACORDO - Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo das contratantes, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.

16.2 POR INICIATIVA DA ADMINISTRAÇÃO A CONTRATANTE - terá o direito de rescindir o presente contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial, assegurada à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei no. 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Sempre que for julgado conveniente, de acordo com a fiscalização, poderá a CONTRATADA subcontratar trabalhos ou serviços especializados relativos e em curso, devendo, no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pelo CONTRATANTE, nos exatos termos da norma do **Art.72¹ da Lei 8.666/1993**. Devendo o percentual da subcontratação não exceder a 30% do objeto contratado. Não podendo ainda ser objeto de subcontratação a núcleo da obra, entendendo como núcleo a parte da obra que se exigiu qualificação técnica acentuada.

¹ Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

A CONTRATADA, entretanto, será responsável perante o CONTRATANTE pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, e se os interessados nas obras o exigirem rescindir os respectivos ajustes, mediante aprovação do CONTRATANTE.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Rege-se-á o presente Contrato, no que for omissos pelas disposições constantes na Lei nº 666/93, no Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2017 PMNR e Processo Administrativo.

18.2 Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante contratada, que tenha servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas nesta Concorrência Pública e seus anexos, independentemente de transcrição.

19. DO FORO:

Para dirimir todas as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o foro de Novo Repartimento, Estado do Pará, não obstante outro domicílio que a CONTRATADA venha a adotar, ao qual expressamente aqui renuncia.

19.1 E, por assim estarem justos e contratados, sendo que uma de suas vias constituirá o livro próprio de contrato do CONTRATANTE, e depois de lido e achado conforme pelas partes, em presença das testemunhas acima declaradas, foi em tudo aceito, sendo assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas que subscrevem ao final.

Novo Repartimento, Estado do Pará, aos 06 dias do mês de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO – PA
CNPJ nº 34.626.416/0001-31
José Alexandre Domingues Guimarães
CONTRATANTE

SANTA CRUZ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº 03.624.050/0001-38
Franderlan Almeida Gaby
CONTRATADA

Avenida dos Girassóis, nº 15, Qd. 25 - Bairro Morumbi - CEP: 68.473-000
E-mail: cplnovorepartimento@gmail.com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31

Adonides da Silva Magalhães

CREA: 22861 D PA

Fiscal Técnico e Administrativo do Contrato

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

CPF _____ CPF _____

